

Formadores de Professores de Química: Análise de suas Concepções e Interações na construção de Projetos Políticos Pedagógicos em Cursos de LQ das IES Públicas da Região Nordeste.

*Clara Virginia V. C. O. Marques (PG), Luiz Henrique Ferreira (PQ)

clarabrasil54@bol.com.br

Laboratório de Ensino-Aprendizagem de Química – LENAQ
Departamento de Química, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Palavras Chave: Interação professor-professor, Construção de PPP, Formação de professores de Química

Introdução e Metodologia

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento destinado a organização e facilitação das atividades e estratégias pedagógicas de um determinado curso, inferindo diretamente no trabalho pedagógico diário, portanto, deve ser construído coletivamente¹. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)², toda instituição formativa tem autonomia para a construção e implementação de seu PPP. Entre as orientações do MEC para reformulações dos cursos de FP, tem-se a Resolução CNE/CP 01/2002 que estabelece normas para que todas as Licenciaturas se pautem na construção seus PPP's³. O objetivo do presente estudo foi analisar as concepções e interações ocorridas entre os professores durante suas participações nos processos de reformulações dos cursos de Licenciatura de Química (LQ), das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) da Região Nordeste, observando os aspectos comuns encontrados no conjunto, mediante as orientações novos paradigmas educacionais para formação de professores. O desenvolvimento desta pesquisa iniciou-se por levantamento feito no Sistema de Informações, Pesquisa e Estatísticas Educacionais (INEP), sobre os cursos de LQ oferecidos pelas IES Públicas da Região Nordeste do país. Os dados aqui apresentados foram obtidos através da realização de entrevistas semi-estruturadas a uma amostragem de professores de cada curso investigado. A análise dos dados se desenvolveu em duas etapas: 1) análise do conteúdo das entrevistas realizadas e 2) construção de redes sistêmicas com a compilação das unidades de significados mais recorrentes retiradas dos dados.

Resultados e Discussão

Os cursos investigados vêm construindo e implementando suas propostas de reformulação de Projeto Político Pedagógico (PPP), entre os anos de 2005 a 2010. Foram entrevistados 31 professores dos cursos investigados, sendo a amostragem de cada instituição foi representada pela figura do coordenador do curso e de um dos professores de

Estágio Supervisionado. Pela análise dos dados observou-se que a maior parte dos cursos foi designada uma comissão para efetuar a elaboração da proposta do novo PPP, sendo pontuada a mínima interação entre o conjunto de professores do curso. Em alguns casos a participação dos professores de química resumiu-se à dimensão do conhecimento químico, deixando a formação pedagógica do licenciando para o Departamento de Educação. As concepções dos professores entrevistados sobre a interação do quadro docente no processo de reformulação dos PPP suscitaram como principais categorias a apatia dos professores do grupo (75% das citações) e cumprimento de exigências da legislação (100% de citações). Também foram identificadas uma predominância de insatisfação com as determinações da legislação e a falta de interação entre os professores das áreas de formação do licenciando em química.

Conclusões

Pode-se afirmar que foi baixa a interação entre os professores dos cursos de LQ no processo de reformulação das IES públicas da região nordeste. Os professores entrevistados revelaram que é a insatisfação do quadro docente com as determinações do MEC prejudica a efetivação do novo PPP, bem como ainda existe uma significativa segregação entre as áreas formativas do licenciando. É importante ressaltar que a construção do PPP, por ser tratar de um documento oficial, revela a identidade de um grupo específico, possibilitando a interação coletiva de professores e alunos na elaboração e implementação do mesmo.

Agradecimentos

SEDUC – MA, FAPEMA, Cursos de LQ da IES Públicas da Região Nordeste do país.

¹VEIGA, I.P.A.(org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 26ª Ed. Campinas: Papirus, 2009.

² BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **LDB**.

³ BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2, 19 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p.9, 04 de março de 2002.